

## **O PROBLEMA MICRO-MACRO NA SOCIOLOGIA: contribuições da filosofia da mente**

**Carlos Eduardo Sell<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O artigo propõe um balanço crítico-analítico da incorporação de problemas e conceitos da filosofia da mente no debate entre holismo e individualismo metodológicos na teoria social contemporânea. Adotando o esquema de múltiplos níveis (macro-micro-macro) como modelo meta-teórico, demonstra-se de que forma os conceitos de “redução”, “superveniência”, “emergência” e “realizações múltiplas” vêm sendo mobilizados para reforçar diferentes posições teóricas neste debate. Após determinar o estatuto lógico-epistemológico destes conceitos e esclarecer seu papel nos debates da teoria social, argumenta-se que, apesar de certa ambiguidade e ambivalência em seu uso, eles permitiram à teoria sociológica aprofundar e especificar com maior grau de detalhe as complexas implicações teóricas da relação entre os níveis micro e macro de análise do social. Além de uma terminologia técnica compartilhada, eles também viabilizaram uma maior aproximação entre as posições rivais, afastando as concepções extremas e reforçando as posições moderadas (tanto do individualismo quanto do holismo). Apesar disso, eles ainda oferecem resultados insuficientes para fundamentar uma terceira posição que se encontre além da oposição entre reducionismo e anti-reducionismo.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Holismo Metodológico, Individualismo Metodológico, Micro e Macro, Agência e Estrutura, Filosofia da Mente, Redução, Superveniência, Emergência, Realizações Múltiplas.

---

<sup>1</sup> Carlos Eduardo Sell é doutor em Sociologia Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutoramento na Universidade de Heidelberg.

## Introdução

Pode-se apontar, não sem certa razão, de um certo cansaço em torno do eterno dilema da *ação* e da *ordem* [termos que emprego provisoriamente] na teoria sociológica contemporânea (Vandenbergue, 2010). Também podemos concordar com o fato de que a tão almejada síntese entre concepções alternativas de sociologia (em esforço que ficou conhecido, nos termos de Alexander (1987), como “Novo Movimento teórico”), apesar das esperanças de alguns, está longe de ser alcançado (Domingues, 2002). Avaliando-se por este ângulo, o estado da teoria sociológica contemporânea continua desolador, restando este campo entregue a um movimento inflacionário de alternativas teóricas sem fim (Turner, 2001). Na ausência de qualquer “sistemática” ou nenhum “consenso” (ortodoxo ou não), resta-lhe como eixo comum apenas seu próprio passado histórico (Marx, Durkheim e Weber) e um vago compromisso com a pesquisa empírica (Vandenberghe e Caillé, 2015). Daí não ser estranho quem aponte o malogro da área de teoria sociológica em construir um “corpo único de raciocínio teórico sistemático” faltando-lhe (ao contrário do que estaria a acontecer em outras áreas) um problema *bastante específico* demandando esse tipo de solução (Freitas, 2017).

Não é meu objetivo polemizar diretamente com os méritos e deméritos das leituras acima. Antes sirvo-me delas como oportunidade para apresentar um diagnóstico diferenciado, ou pelo menos mais otimista, não da teoria sociológica em sentido amplo, mas pelo menos do debate entre individualismo metodológico e holismo metodológico, em sentido restrito. Embora concorde que nenhuma das propostas de síntese teórica entre macro e micro, articulada com uma teoria da modernidade (ou seja, nenhuma *grand Theory*), tenha conseguido impor-se paradigmaticamente no campo da sociologia, nem por isso devemos concluir que o debate micro-macro perdeu centralidade, consistência e importância. Pelo contrário, acompanhando seus desenvolvimentos recentes, podemos

notar uma discussão cada vez mais densa e sofisticada, embora acompanhada de uma forte dose de hiper-especialização. Tais desdobramentos são resultado, entre outros fatores, da incorporação de conceitos oriundos da filosofia da mente (área da filosofia que investiga a relação entre o cérebro e a consciência) e colocam em tela a pergunta pelos avanços, problemas e desafios que tal incorporação trouxe. Cabe-nos, então, indagar: o que a teoria sociológica aprendeu ao dialogar com a filosofia da mente?

Para responder a este questionamento procederei da seguinte forma. Na primeira parte examino duas plataformas teóricas que têm centralizado as discussões em torno do conflito entre concepções holistas, individualistas, bem como os esforços de síntese na teoria sociológica, a saber: o *continuum* “agência” x “estrutura” e o *continuum* “micro-macro”. Nesta parte, servindo-me da sistematização do dilema micro-macro no contexto do diagrama de múltiplos níveis, argumento porque ele me parece muito mais adequado como referência meta-teórica para a teoria sociológica do que a plataforma agência-estrutura. Com base neste esquema, passo ao exame do individualismo metodológico e da centralidade dos conceitos de “redução” e “superveniência” nos seus desenvolvimentos teóricos mais recentes. Feita esta revisão, passo em seguida ao campo das teorias alternativas ao individualismo e demonstro como os conceitos de “emergência” e “realizações múltiplas” desempenham papéis diferenciados neste espectro teórico. Na conclusão, aponto quais me parecem ser os principais ganhos analíticos, bem como destaco quais os desafios e impasses que o debate individualismo ou holismo ou síntese ainda precisa superar.

### **1. Em busca de uma *meta-teoria*: “agência-estrutura” ou “macro-micro-macro”?**

Embora a oferta de teorias, modelos, paradigmas, abordagens, etc., na teoria sociológica contemporânea, seja realmente abundante, nem tudo é um completo caos. Existem pelo menos dois esquemas teóricos que atualizaram o velho dilema “ação” e “ordem” que está na origem do discurso sociológico: trata-se do *continuum* (i) agência-estrutura e do *continuum* (ii) micro-macro. Designo cada um deles pelo termos *continuum* para evitar os problemas inerentes quando cada um destes pares conceituais é tratado como uma dicotomia. Dessa forma, a visão polar-antiética é substituída por uma visão que permite contemplar transições e intersecções. Ainda que nenhum destes esquemas tenha conseguido se impor unilateralmente, e mesmo que muitas vezes eles sejam utilizadas como sinônimos, elas conseguiram disseminar-se para além de seus ambientes teóricos, tornando-se parte do vocabulário usual da sociologia. De conceitos estritamente técnicos ambientados em teorias muito particulares, eles evoluíram para um esquema meta-teórico, ou seja, para uma teoria que nos permite discutir outras teorias<sup>2</sup>. Um balanço comparativo, contudo, me faz crer que o *continuum* micro-macro cumpre melhor esse desiderato. É o que pretendo demonstrar neste secção.

O *continuum* “agência” e “estrutura” tem suas raízes na filosofia social de Rom Harré(1986) e Roy Bhaskar (1978) e, atualmente, seus representantes mais ilustres são Anthony Giddens (1994) e Margaret Archer (1995). À primeira vista, para entendermos o que se quer com esta distinção, bastaria apenas examinar seu conteúdo. No entanto, como mostra o agudo trabalho de Nicos Mouzelis (2008), o *continuum* agência e estrutura repousa, a bem da verdade, em uma distinção que lhe é anterior, a saber, a célebre

---

<sup>2</sup> Outro candidato a esquema meta-teórico é o par “subjetivismo” e “objetivismo”, já proposto por Pierre Bourdieu (1987) e que também aparece na obra de Anthony Giddens (1994).

oposição entre integração social e integração sistêmica de David Lockwood (1964). Mouzelis mostra ainda que esta distinção recebe interpretações bem diferentes na sociologia de Habermas (1981), que as toma como base para diferenciar a perspectiva interna do mundo da vida e a perspectiva externa do sistema, e na teoria da estruturação de Anthony Giddens (1994), na qual ela designa encontros sociais face-a-face, de um lado, e relações sociais estendidas no tempo e no espaço, por outro. Consequentemente, podemos constatar tanto uma incongruência entre as origens da distinção agência e estrutura, quanto certa ambiguidade na definição substantiva dada ao conteúdo de cada um destes conceitos.

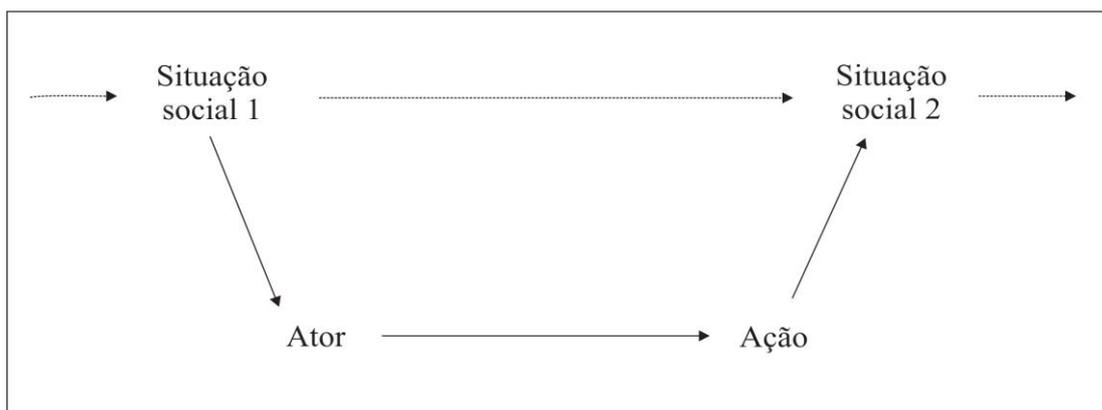
A ambiguidade não deixa também de ser um problema para o *continuum* micro-macro, como já apontavam Wipler e Lindenberg (1987) no texto que produziram para outro escrito que se tornou célebre: o *link-macro-micro* (Alexander, 1987). Segundo eles, micro e macro também acabam sendo definidos, quanto a seu conteúdo, de forma polivalente. Para superar este problema eles propõem como solução uma definição mais abstrata do conceito, compreendendo cada um dos termos não como referentes empíricos com conteúdo definido, mas como níveis de análise<sup>3</sup>. Essa escolha tem a vantagem de permitir que o conteúdo, ou seja, o que se entende efetivamente por nível micro ou macro, fique em suspenso. Assim, nada obsta que micro seja definido como agência e o macro como estrutura, o que já mostra que o *continuum* micro-macro opera em grau maior de abstração que a alternativa agência e estrutura, já de saída comprometida com definições substantivas.

---

<sup>3</sup> A maneira como os níveis micro e macro são relacionados, por sua vez, é definida a partir da diferença entre o primado teórico ou analítico conferido a cada um deles. Esta é a razão pela qual emprego os conceitos de “microsociologia” e “macrossociologia” exclusivamente em relação a dimensão analítica (foco de interesse), reservando os conceitos de “individualismo” e “holismo” metodológicos para designar a quem cabe o primado explicativo (ou teórico).

Mas, para que nexo micro-macro cumpra com propriedade o papel de esquema meta-teórico, além da abstração conceitual, ele também necessita elevar o seu grau de amplitude e complexidade. Nesta direção, o desdobramento do *continuum* micro-macro realizado pelo esquema de *múltiplos níveis*, iniciado por McClelland (1961), James Coleman (1990) e Harmut Esser (1993), me parece muito promissor. Neste caso, o que temos é uma nova sequência que, em vez de dual, é triádica: “macro-micro-macro”. Desde que que liberto das premissas de seu ambiente teórico de origem (a teoria da escolha racional), o modelo (como mostra o esquema abaixo) nos permite visualizar os diversos passos envolvidos na relação que vai do macro ao micro e vice-versa, ou seja, eles nos permite analisar (i) a lógica da situação, (ii) a lógica da ação e (iii) a lógica da transformação. Nele também é possível inserir níveis intermediários (meso), bem como pensar a dimensão processual-histórica da realidade social:

### Quadro 1: Modelo de múltiplos níveis



Fonte: Esser (1999, p.17).

Portanto, acompanhando autores como Greve, Schützeichel e Albert (2008) sou de parecer que o modelo de múltiplos níveis (ou modelo macro-micro-macro) é uma interessante plataforma “meta”-teórica, também podemos dizer, uma teoria de segunda

ordem, com a vantagem adicional de que nos permite examinar de forma comparativa e articulada não apenas a dimensão causal-explicativa da relação macro-micro-macro, mas também seus pressupostos ontológicos (Albert, 2008). Como argumenta Schützeichel (2008), o modelo (i) possui uma grande capacidade de integração interdisciplinar e mesmo disciplinar de outras teorias, (ii) funciona perfeitamente como um *Tertium comparationis* entre elas e (iii) é um modelo aberto que permite correções, acréscimos e desdobramentos.

## **2. A prioridade do nível micro: redução e superveniência**

Feito este preliminar meta-teórico, passemos ao exame do aparato conceitual do individualismo metodológico com um pequeno resgate histórico. A começar pelo excelente levantamento realizado por Lars Udehn (2002) que identifica cinco correntes que poderiam ser agrupadas em torno do rótulo “individualismo metodológico”: a teoria do contrato social (no campo da política), a teoria geral do equilíbrio e a escola austríaca (no campo da economia), bem como o individualismo metodológico que parte de Popper (individualismo institucional) ou de James Coleman (individualismo estrutural) no campo da sociologia. Utilizando como critério o modo como cada uma destas correntes entende o papel dos conceitos, define suas estratégias metodológicas, bem como se posicionam em relação às leis causais, ele chega a uma classificação teórica que distingue entre uma versão “forte” [*strong*] e outra “fraca” [*weak*] do individualismo metodológico.

Essa última diferenciação é essencial, mas antes de voltar a ela, gostaria de me referir ao levantamento histórico de Hogson (2007), pois ele tem a vantagem de focalizar o desenvolvimento do individualismo metodológico enquanto conceito. Por essa via, somos informados que a expressão tem sua estréia com Joseph Schumpeter (em 1908),

sendo depois vagamente menciona por John Hicks (em 1934) e Fritz Machlup (em 1937). Nos anos 40, o termo é adotado por Friedrich Hayek (em 1942) e Ludwig von Mises (em 1949). Sua penetração na sociologia, contudo, só começa efetivamente com os trabalho de Karl Popper (1945) e John W. N. Watkins (1952a, 1952b, 1955 e 1957), alimentando interessantes controvérsias entre Joseph Agassi (1975), Steven Lukes (1968), Ernest Gellner (1968), Leo Goldstein (1958), Maurice Mendelbaum (1955) e outros. O último momento é localizado nos anos 90 e é representado pela ascensão da teoria da escolha racional, pelo marxismo analítico e pela sociologia analítica. A partir desta base histórica, Hogson questiona o caráter contraditório das definições dadas ao conceito de individualismo metodológico e conclui que sua ambiguidade resulta do uso de duas estratégias explicativas de caráter distinto, pois ou (i) os fenômenos sociais são explicados inteiramente em termos individuais, (ii) ou em termos individuais *plus* a relação entre estes indivíduos.

Estas revisões históricas são um bom ponto de partida para *descrever historicamente* as diferentes versões do individualismo metodológico, mas para *caracterizar epistemologicamente* sua natureza teórica precisamos determinar com maior precisão quais (i) as estratégias metodológicas e, em função delas, (ii) quais os instrumentos conceituais que cada uma destas vertentes utiliza para articular de modo causal o nível micro e o nível macro da realidade social. Para seguir nessa tarefa, adoto a terminologia de Albert (2017), re-conceituando (analiticamente) as tendências históricas do individualismo como a diferença entre uma versão “radical” e outra “moderada”. Complemento esta caracterização com a tese de Bhargava (1992) que propõe compreender epistemologicamente as diferentes formas de individualismo metodológico

a partir da sua concepção subjacente de redução<sup>4</sup>, ainda que prefira ser mais econômico na especificação dos tipos possíveis de explicação redutiva<sup>5</sup>. O que significa, pois, redução?

### **a) Redução**

Um exame acurado do que significa redução pode ser encontrada na obra de Paul Hoyningen-Huene (1994). Subjacente ao conceito está sempre a ideia de que um determinado elemento (B = macro) necessita ser reconduzido a outro (A = micro). Existem diferentes maneiras de realizar esta operação, sendo a mais importante a *inter-level reduction*, o que significa, em última instância, que o nível B é produzido pelo nível A e é causalmente dependente dele. Mas também esta operação comporta diferentes modalidades, pois a redução de um nível para outro pode ter uma conotação ontológica, epistemológica ou explanativa (causal). No primeiro caso temos que não existe diferença de substância entre os dois níveis, enquanto o segundo indica que nosso conhecimento sobre B deve ser deduzido, em última instância, de nosso conhecimento de A. Disso também decorre que conceitos atinentes ao nível B precisam ser adicionalmente traduzidos por novos conceitos que se referem ao nível A (as chamadas teorias ou conceitos ponte). Por fim, a redução explicativa implica que a ligação causal entre o nível

---

<sup>4</sup> Ao adotar a expressão “concepção subjacente” indico que não se trata de afirmar que todas as versões do Individualismo Metodológico (IM) recorram explicitamente ao conceito de redução. Trata-se, antes, de uma categoria que permite reconstruir conceitualmente o IM enquanto procedimento metodológico-explicativo. Ylikosky (2017: 137), em direção contrária, parte da dimensão ontológica e define o IM a partir da primazia ontológica dos indivíduos e suas consequências metodológicas. Para visões que também discordam da centralidade da questão da redução, veja-se da Mcginley (2012) e Schmidt (2017).

<sup>5</sup> Também Kincaid (2017) opta por discriminar formas diferenciadas de “redução”. A relação entre Individualismo metodológico, redução e “micro-fundamentos” é um tópico que me mereceria ser melhor aprofundado. Para uma visão geral sobre o assunto, remeto o leitor para o levantamento de Daniel Little (2017: 228-239).

A e B precisa ser efetivada através de processos, estruturas ou mecanismos que esclareçam o que está envolvido na passagem do nível independente (A) para o nível dependente (B).

Bettin Heinz (2004) é da opinião de que as correntes mais radicais do individualismo (como Randall Collins, por exemplo) definem-se pela ideia de *eliminação*. Por este prisma, a diferenciação entre o nível micro e o nível macro acaba por desaparecer. Como o nível macro, na verdade, não existe, qualquer tipo de relação entre níveis sequer se coloca: trata-se de um pseudo-problema. Por essa razão, a tarefa precípua desta versão do individualismo consiste em suprimir esta diferença. Não obstante, também a operação de eliminação não deixa de constituir uma *redução* ou, dito de outra forma, neste caso temos que redução = eliminação ou, pela ordem inversa, eliminação = redução. Ambos os termos são logicamente sinônimos. Esta é a razão pela qual o conceito central, tanto no caso do individualismo radical quanto moderado, acaba sendo sempre a estratégia reducionista.

Ruben (1985) argumenta o reducionismo eliminativo só pode assumir dois significados possíveis: eliminação por substituição [*Ersatz*] ou eliminação seguida de substituição. Mas, em ambos os casos, esta operação só pode ser preparatória, pois uma vez eliminado um (pseudo) nível, nada ainda foi esclarecido. Esta tarefa negativa precisa ser complementada pela tarefa positiva da explicação, o que no caso do individualismo metodológico radical nos remete à noção de *same-level causation*, ou seja, fenômenos micro explicam-se a si mesmos. Segundo Voss (2017), também poderíamos chamar esta estratégia de explicação direta. A estratégia reducionista é bem sucedida quanto ao aspecto ontológico, mas não chega a haver redução no aspecto explicativo (ver também Kincaid (1990)), pois se temos que a conexão  $B = A$  é inexistente, só resta então que  $A = A$ . Tendo em vista as dificuldades da posição radical, não surpreende que a maior parte

dos autores identificados com o individualismo metodológico assumam alguma posição de tipo moderada. Para estes segundo grupo, o nível macro é mais do que uma pseudo-realidade. Um dos principais recursos mobilizados para apoiar esta tese é conceito de superveniência, que passo a discutir doravante.

## **b) Superveniência**

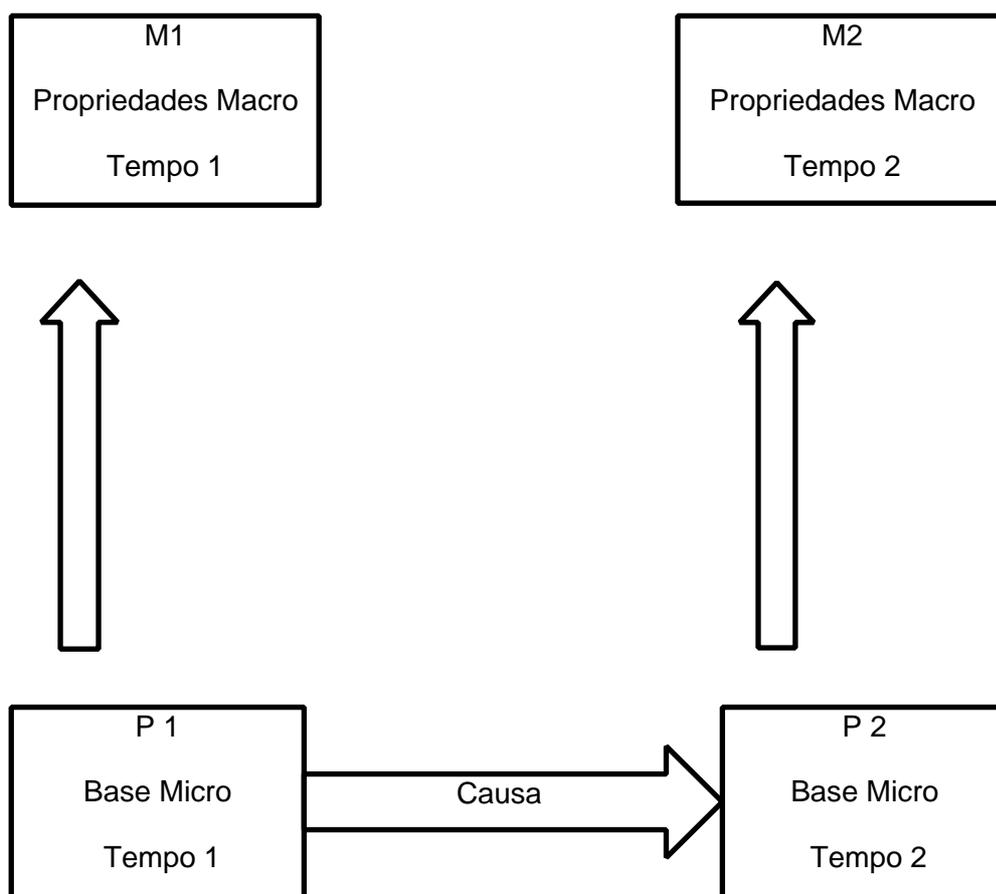
A ideia de *superveniência* foi introduzida nas discussões sobre filosofia da mente por Donald Davidson (1970: p.214)<sup>6</sup>. Ele também assume a visão monista de que estados mentais são, em última instância, eventos físicos: cada estado mental corresponde a um determinado estado físico-neuronal [*token-identity*]. Superveniência designa o fato de que dois eventos idênticos em relação ao nível inferior não podem variar no que diz respeito ao nível superior, algo que pode ser traduzido pelo seguinte slogan: “não podem existir mudanças em A sem mudanças em B”. McLaughlin e Bennett (2018) chamam a atenção para o fato de que é de fundamental importância observar o termo “não podem”, pois a tese da superveniência não afirma apenas que tenha sido observada uma diferença no nível B, por sua vez acompanhada de certa mudança no nível A. Trata-se de algo ainda mais importante, pois a tese sustenta que não pode haver nenhuma diferença no nível B sem que, necessariamente, ela também ocorra em A. Temos portanto que as propriedades do nível B são supervenientes em relação às propriedades do nível A se, e somente se, uma diferença nas propriedades do nível A exigir uma diferença nas propriedades do nível B ou, de forma equivalente, se, e somente se, a similaridade exata em relação às

---

<sup>6</sup> Davidson apresenta o conceito da seguinte forma: "As características [M] entais são, de certa forma, dependentes ou supervenientes de características físicas. Essa superveniência pode significar que não pode haver dois eventos semelhantes em todos os aspectos físicos, mas que diferem em relação ao aspecto mental, ou que um objeto não pode alterar-se em algum aspecto mental sem alterar-se também no que diz ao respeito ao aspecto físico (1970: p. 214)

propriedades do nível A garantirem uma similaridade exata em relação às propriedades do nível B. A relação de superveniência é sempre assimétrica, pois o nível superior (B) não pode ser alterado sem que o nível inferior (A) também tenha mudado. De forma dinâmica, se o conjunto de componentes do nível B1 é a causa de M1 no instante T1, no instante T2 o nível M2 será resultado de B2. Esse raciocínio oferece para o individualismo moderado a possibilidade de explicar a existência ontológica derivada do plano macro dado que, em última instância, ele recebe sua existência e sua explicação sempre do nível micro. Graficamente, temos que:

**Quadro 02 – Superveniência**



Fonte: inspirado em Hedström e Bearman (2009: p.10)

Jaegwon Kim (1995), contudo, é um filósofo que aponta um importante problema neste raciocínio, pois, ao seguirem a tese da superveniência, os individualistas moderados necessitam admitir que o nível macro deve possuir pelo menos algum poder causal sobre o nível micro. Neste ponto, portanto, os moderados deixam de ser individualistas e são obrigados, em parte, a concordar com os holistas. Consequentemente, longe de solucionar o problema, assim sustenta ele, a superveniência torna-se ela mesmo um problema. A defesa dos defensores da categoria, como era de se esperar, consiste em especificar ainda mais o conceito, diferenciando entre superveniência fraca e superveniência forte, ou mesmo entre superveniência regional e particular (Kim, 1993).

Não creio, contudo, que seja necessário prosseguir adiante com o processo de super-detalhamento e sub-diferenciação conceitual. Antes, importa-me ilustrar o lugar central que o conceito de superveniência ocupa na teoria sociológica contemporânea. Que este é o caso pode ser demonstrado na ligação entre superveniência e mecanismos realizada explicitamente na sociologia analítica de Heström e Bearman (2009: p.11). Segundo eles, a superveniência indica que a relação causal entre micro e macro não deve ser pensada de forma simplista, ou seja, ela deve ser pensada “muito mais como uma relação entre as partes e o todo do que como uma relação entre causa e efeito”. O exemplo já testemunha como os conceitos de redução e superveniência são efetivamente mobilizados para viabilizar o detalhamento lógico-epistemológico do individualismo como estratégia metodológica. O exemplo também demonstra como eles reforçam as tendências mais moderadas da corrente individualista que se definem exatamente pela tentativa de explicar como, apesar de sua dependência ontológico-causal em relação ao nível micro, o nível macro, ainda assim, precisa ser levado em conta na análise sociológica. Assim, apesar de reducionista, o *mainstream* do individualismo

metodológico procura manter-se longe do atomismo (OPP, 2009). Mas eles não são os únicos no debate sociológico, como veremos.

## **2.1 A autonomia do macro: entre emergência e realizações múltiplas**

Assim como o individualismo metodológico foi examinado em tópico único, seria normal esperar que a posição holista e as tentativas de síntese também fossem tratadas em seções separadas. Contudo, a circularidade de conceitos que transitam entre estas duas últimas posições dificulta seguir este caminho. Ao mesmo tempo, como ambas as posições tem em comum a rejeição ao anti-reducionismo radical, creio que estamos autorizados a tratá-las em bloco. Seguindo essa trilha, a primeira parte deste tópico discute o papel do conceito de emergência tanto para o holismo quanto para as teoria sintéticas, mesmo procedimento que utilizo para o exame do conceito de realizações múltiplas.

### **a) Emergência**

O conceito de *emergência* possui uma função analítica fundamental tanto para o holismo quanto para a busca da síntese entre micro e macro (ou agencia e estrutura). Em relação a posição holista, seu representante mais ilustre é Niklas Luhmann (1994). Temos dois momentos em que a ideia de emergência é decisiva na teoria dos sistemas autopoieticos. Emergência designa, em primeiro lugar, a diferença entre sistema psíquico e sistema social e fundamenta a principal tese de Luhmann: a de que a sociologia trata exclusivamente dos sistemas sociais, pois a redução implica em derivar os sistemas sociais dos sistemas psíquicos. O conceito de emergência volta a assumir um novo papel

no conjunto dos sistemas sociais, na medida em que Luhmann enxerga uma diferença de nível entre interações (micro), organizações (meso) e sociedades (macro), considerando cada uma delas como realidades emergentes (Lohse, 2011). Mas, apesar do aparente extremismo holista de Luhmann, essa última trilogia parece sugerir que ele voltou a introduzir, ainda que de forma subliminar, uma cripto-teoria da ação em seu esquema teórico (Elder-Vass, 2007; Schwinn, 2014), na medida em que fala explicitamente de interações.

Já no campo das teorias sintéticas (novo momento teórico), o conceito de emergência é o principal operador teórico de Margaret Archer (1995). Para ela, não é só a agência (social) que possui propriedades emergentes (em relação a psique humana), mas são principalmente as estruturas sociais que emergem, com suas propriedades intrínsecas, a partir da agência social. Dessa forma, ela acredita poder superar o principal problema da teoria da estruturação de Giddens (1984) que consistia na fusão entre agência e estrutura (elisionismo ou confluência central). Distinto do chamado “emergetismo relacional” (conforme a expressão de ZAHLE, 2017, p.130) temos também o “emergentismo gerativo” defendido por Epstein (2006). Saywer (2005) é outro autor que se utiliza deste conceito para defender a combinação entre individualismo ontológico e holismo metodológico, desde que respeitada a condição de que a realidade emergente seja considerada fraca. Esta forma de individualismo não reducionista também é adotada por Gert Albert (2017) que, inspirando-se em Max Weber, vai designá-la como uma forma de holismo moderado e, mais tarde (Albert, 2011), como uma terceira sociologia (ou seja, como teoria da síntese micro macro).

A pergunta que fica é se o conceito de emergência pode ser tão polivalente a ponto de servir a tantas posições teóricas. Responder a esta questão exige, mais uma vez, esclarecer o estatuto lógico deste conceito, reconduzindo-nos ao campo da filosofia da

mente (Schwarz, 2016). Historicamente, a ideia de emergência já pode ser encontrada em Stuart Mill, ainda que sua estréia no campo da filosofia da mente deva-se a Georg Henry Lewes, em 1875. Atualmente, ele também possui um papel relevante no campo da psicologia e dos sistemas computacionais. Analiticamente, emergência designa o fato de “que a composição dos componentes (nível A) em um sistema (nível B) produz, neste último, o surgimento imprevisível de novas propriedades que não podem ser compreendidas, deduzidas ou previstas a partir de seus componentes” (Hoyningen-Huene, 1994, p.182). Ao contrário do que acontece em relação ao conceito de superveniência, os componentes do nível micro não determinam o que acontece no nível macro. Uma vez firmado, o nível emergente é que explica (macro-determinação) o que ocorre no nível micro. Mesmo mudanças no plano dos componentes do nível micro não implicam, necessariamente, mudanças na ordenação do sistema emergente. Seus dois atributos principais são, portanto, a (i) imprevisibilidade e a (ii) irredutibilidade. É em função dessas propriedades que tal conceito pode ser adotado tanto para o campo do holismo quanto ser integrado, ainda que parcialmente, no campo das teorias sintéticas.

Em princípio, os filósofos da mente consideram o conceito de emergência como uma operação lógica quase irrestritamente anti-redutiva, mas não tardou a aparecer a diferenciação entre uma versão forte e uma versão fraca da emergência. Achim Stephan (1999), por exemplo, distingue entre a emergência diacrônica e sincrônica e, neste último caso, entre emergência “forte” e “fraca”. Esta última diferenciação tem tido forte impacto na sociologia, razão pela qual ela merece ser esclarecida. A emergência é fraca quando existem propriedades existente no nível macro que são identificadas como emergentes por um observador externo, mas elas podem ser perfeitamente explicadas a partir de seus elementos constituintes primários. A emergência é considerada forte apenas quando o

nível macro detém poderes causais próprios, ou seja, quando ele possui o atributo da macro-determinação.

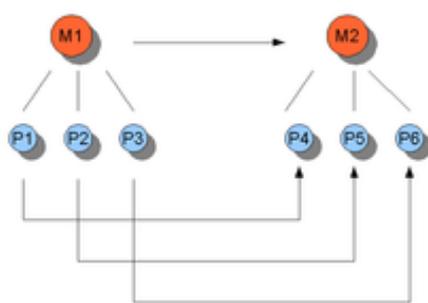
No campo filosófico, a principal crítica ao conceito de emergência vem novamente de Jaegwon Kim (1995). Segundo ele, se levarmos em conta que a teoria da emergência é monista (quer dizer, existe identidade ontológica entre cérebro e mente), a tese da irreducibilidade não se mantém. Ocorre que aceita a premissa acima, as propriedades emergentes do nível macro dependem, necessariamente, dos poderes causais do nível micro, mas o inverso não. Sob o aspecto ontológico, essa crítica é um especial problema para a teoria morfogenética, pois, diferente do que acontece na filosofia da mente, a sociologia de Archer adota uma ontologia dual, já que agência e estrutura são concebidas como substâncias independentes com poderes causais específicos (ver também Elder-Vass, 2010). Tomando a crítica de Kim como base, Jens Greve (2015) entende que o holismo moderado de Sawyer e Albert também fica em dificuldade, tendo em vista que a tese da micro-determinação parece excluir qualquer possibilidade de emergência forte (macro-determinação). Em outros termos, sustentar tanto a independência quanto a dependência do nível macro em relação ao micro, como fazem estes autores, resulta contraditório e inconsistente.

### **b) Realizações múltiplas**

É no contexto destas dificuldades que o conceito de *realizações múltiplas* fornece um novo argumento para sustentar a posição anti-individualista (Kincaid, 1996; Sawyer, 1995). Os princípios gerais do conceito realizações múltiplas já podem ser encontrados em Hilary Putnam (1967), mas sua sistematização definitiva aparece na obra de Jerry Fodor (1974) (ver comentários de Mitrovic, 2016 e Zahle, 2003), filósofo que se propôs

mostrar que as leis da psicologia não poderiam se reduzidas às leis da neurologia. Trata-se de um dos principais argumentos dos defensores da posição dualista em filosofia da mente, pois esta teoria sustenta que certos estados ou propriedades mentais (como o medo) podem efetivar-se em diferentes substratos físicos. Outra forma de expressar esta ideia consiste em afirmar que criaturas com estruturas físicas distintas podem compartilhar os mesmos estados mentais. Seus teóricos sustentam, portanto, que entre o nível inferior (micro) e o superior (macro) não existe uma unidade ontológico-substancial [*token identity*], mas apenas a mesma expressão conceitual [*type identity*]. Note-se que o argumento inverte completamente a prioridade entre o nível micro e o nível macro, conferindo maior autonomia ao nível emergente. Em termos lógicos, vale dizer que a transição de M1 para M2 não exige necessariamente a transição de P1 para P2, pois o nível superior M pode efetivar-se também em P4, P5, P6[], e assim por diante. Epistemologicamente, portanto, a noção de realizações múltiplas reforça a posição anti-reducionista. Graficamente, este conceito costuma ser apresentado da seguinte forma:

### Quadro 03 – Realizações múltiplas



Na sociologia, um dos principais defensores este conceito é Keith Sawyer (1995) que se apoia nele para sustentar a tese de que o nível macro-social, ainda que dependente do nível micro-individual [*upward causation*], também possui poderes causais

independentes [*downward causation*]. Na mesma linha de trabalho, Kincaid (1996) sustenta que uma estrutura coletiva como a burocracia, por exemplo, pode assumir diferentes configurações, independente dos indivíduos envolvidos nestas relações. O que há de comum entre os dois autores é que ambos defendem uma ontologia substancial no nível micro, mas entendem que as propriedades emergentes do nível macro não precisam ser invariavelmente reduzidas ao nível anterior. Metodologicamente eles são defensores da posição holista. Surpreende, todavia, que a própria noção de “holismo” enquanto conceito seja um ponto cego da discussão, não merecendo da parte dos envolvidos na disputa o mesmo investimento em seu esclarecimento lógico e especificação enquanto estratégia metodológica. Afinal, estamos tratando do “holismo metodológico” ou do “emergentismo metodológico”?

### **3. Considerações finais: *Tertium non datur?***

A controvérsia entre autores individualistas e holistas na teoria social contemporânea segue viva, polêmica e, especialmente, apresenta um notável grau de complexidade e sofisticação. Oriundos da filosofia da mente, conceitos como (i) redução, (ii) superveniência, (iii) emergência e (iv) realizações múltiplas emprestaram ainda mais densidade à polêmica. A sistematização aqui apresentada procurou esclarecer o conteúdo de cada um destes conceitos, bem como identificar seu papel teórico na polêmica micro-macro no seio da teoria social contemporânea. Tais conceitos operam basicamente em pares, operando a dupla “redução-superveniência” principalmente como sustentação de posições individualistas e a dupla “emergência-realizações múltiplas”, em regra, como sustentação de posições que conferem autonomia ao nível macro, seja no sentido de

afirmar sua preponderância teórica (holismo), seja no sentido de buscar uma síntese entre as dimensões micro e macro da realidade social (novo movimento teórico).

A principal crítica ao uso destes conceito na sociologia aponta para seu uso indiscriminado, pouco claro e inconsistente (Heintz, 2004). Evidentemente, devemos reconhecer que a precisão terminológica é um requisito necessário e há que se ter o devido cuidado na translação dos conceitos de um contexto teórico para outro, afinal, o *continuum* mente e cérebro não é idêntico ao *continuum* indivíduo e sociedade. Mas, apesar destes limites, não tenho um diagnóstico tão negativo quanto alguns analistas sobre este debate. Há, pelo menos, três méritos que merecem ser destacados. 1. Com a adoção de um vocabulário emprestado à filosofia da mente, a polêmica entre individualistas e holistas na teoria social passou a dispor de alguns recursos conceituais compartilhados, evitando o isolamento destas posições em impérios terminológicos incomensuráveis. Posto de outra forma, a filosofia da mente ajudou a evitar a autarquia e entropia de cada um destes paradigmas, contribuindo para a circulação de ideias. 2. Em segundo lugar, a incorporação de conceitos da filosofia da mente também ajudou no detalhamento e especificação das operações lógico-teóricas envolvidas na complexa relação entre diferentes níveis da realidade social. No bojo deste processo, não só as particularidades do aspecto ontológico e epistemológico da relação entre os níveis passou a merecer maior atenção e cuidado, como também foi possível dispor de um instrumental teórico que fosse além da dicotomia reducionismo versus anti-reducionismo, permitindo que matizes, gradações e zonas de contato pudessem ser consideradas. Trata-se, em última instância, de um vocabulário que adiciona maior consciência filosófica ao debate. 3. Por fim, a condução do debate macro-micro à luz da filosofia da mente trouxe com consequência o enfraquecimento das posições mais extremas do espectro holismo e individualismo. Tanto o individualismo quanto o holismo radicais (ambos eliminando, na prática, a

consistência ontológica ou explicativa de um dos níveis de análise da realidade social) vêm se mostrando menos plausíveis teoricamente. Isso abriu caminho para a preponderância de posições moderadas e convergentes tanto no campo do individualismo quanto no campo das posições contrárias.

No entanto, também este passo adiante ainda esconde um paradoxo. Ocorre que, mesmo se excluamos do debate as posições radicais e fiquemos apenas com suas versões moderadas, o que temos como saldo final é uma espécie de “semi-individualismo”, por um lado, e um “semi-holismo”, por outro. A própria apresentação deste debate nos termos duais “holismo” versus “individualismo” (ou reducionismo versus anti-reducionismo) já deixa transparecer que uma terceira via não se concretizou. Corrobora essa leitura o fato de que sequer dispormos de um bom conceito para designar aquela posição que, por razões meramente instrumentais (de comunicação) venho chamando, até agora, de busca de “síntese” ou de “novo movimento teórico”. Terminologias alternativas, como a “transcendência” das dicotomias (Mouzelis, 2008), pluralismo metodológico (Van Bouwel, 2014), particularismo metodológico (Collin, 2014), terceira sociologia (Vanberg, 1975 e Albert, 2011), situacionalismo (Knorr-Cetina, 1981), individualismo holista (Schützeichel, 2008), ou soluções pragmáticas (as estratégias analíticas dependem das exigências da pesquisa empírica) só expõem ainda mais a fragilidade de uma via alternativa. Embora um esquema meta-teórico comparativo não deixe de ser um ganho a ser enfatizado (falo do esquema macro-micro-macro), uma síntese como conservação positiva das contribuições e como superação das limitações em um novo quadro teórico que vá além da mera justaposição eclética de conceitos não parece disponível. Esta tarefa, contudo, não é uma responsabilidade exclusiva da filosofia da mente e talvez não se devesse esperar que sua incorporação na sociologia, por si só, fosse superar este dilema. De todo modo, nessa direção ainda existe muito por fazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSI, Joseph (1975), "Institutional Individualism", *The British Journal of Sociology*, Vol. 26, No. 2, 1975, p. 144-155
- ALBERT, Gert. (2008), "Sachverhalte in der Badewanne: zu den allgemeinen ontologischen Grundlagen des Makro-Mikro-Makro-Modells der soziologischen Erklärung", in J. Greve, A. Schnabel e R. Schützeichel (Org). *Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung*, Wiesbaden, VS-Verlag, 2008, p. 21-48.
- ALBERT, Gert. (2011), "Moderater Holismus: emergentische Methodologie einer dritten Soziologie", in J. Greve e A. Schnabel (orgs.), *Emergenz: Zur Analyse und Erklärung komplexer Strukturen*. Berlin, Suhrkamp, 2011, p. 252-285.
- ALBERT, Gert. (2016), "Holismo metodológico moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro". *Política & Sociedade*, 15, 34, 2016, p.43-76.
- ALEXANDER, Jeffrey. (1987), *The Micro-Macro Link*, Berkeley: University of California Press, 1987.
- ARCHER, Margaret .(1996), "Social Integration And System Integration: Developing The Distinction". *Sociology*, Vol. 30, No. 4, 1996, pp. 679-699.
- ARCHER, Margaret. *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge: Cambridge University Press., 1995
- BEDAU, M. e HUMPHREYS, P. (eds.).*Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. Cambridge: MIT Press, 2008.
- BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. Hassocks: Harvester Press, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens pratique*. Les Éditions de Minuit, Reihe Le sens commun, Paris, 1980.
- BOUWEL, Jeroeln. Explanatory Strategies beyond The Individualism/Holism Debate, in J. Zahle & F. Collin (eds.), *Rethinking the Individualism-Holism Debate*. Springer, 2014, pp. 105-119.
- BOUWEL, Jeroen. "Explanatory Strategies Beyond the Individualism/Holism Debate", in J. Zaehle e F. Collin (Orgs.), *Rethinking holism individualism debate*. Oxford, Springer, 2014, pp.153-157.
- COLEMAN, James. *Foundations of Social Theory*. Harvard, Harvard University Press, 1990.
- COLLIN, Finn. "Who Are the Agents? Actor Network Theory, Methodological Individualism and Reduction", in J. Zaehle e F. Collin (Orgs.), *Rethinking de holism individualism debate*. Oxford, Springer, 2014, pp. 197-218.
- DAVIDSON, Donald. "Mental Events," reprinted in DAVIDSON, Donald. (1980), *Essays on Actions and Events*, Oxford: Clarendon Press, 1980, pp.207-225.
- DOMINGUES, José Maurício. *Interpretando a modernidade. Imaginário e instituições*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ELDER-VASS, Dave. "Luhmann and emergentism: Competing paradigms for social systems theory?". *Philosophy of the Social Sciences*, 37, 4, 2007, pp. 408-432.
- ELDER-VASS, Dave. "Redescription, Reduction, and Emergence: A Response to Tobias Hansson Wahlberg." *Philosophy of the Social Sciences*, 44 (6), 2014, pp. 792-97.
- ELDER-VASS, Dave. *The causal power of social structures: emergence, structure and agency*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.
- EPSTEIN, Braian. "Ontological individualism reconsidered". *Synthese*, 166-1, 2009, pp. 187-213, 2009.
- ESSER, Hartmut. *Situationslogik und Handeln*. Frankfurt, CampusVerlag, 1999.

- ESSER, Hartmut. *Soziologie: Allgemeine Grundlagen*. Frankfurt/Main, CampusVerlag, 1993.
- FODOR, Jerry. "Special Sciences: Or the Disunity of Science as a Working Hypothesis". *Synthese*, 28, 1974, pp. 97–115
- FREITAS, Renan Springer de. "Uma cilada chamada raciocínio teórico sistemático" *Novos Estudos*, 108, 36, 2, pp.145-156, 2017.
- GELLNER, Ernest. "Holism versus individualism", in M. Brodbeck (Ed.), *Readings in the philosophy of the social sciences*. New York, Macmillan, 1968, pp. 254–268.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Polity Press, 1984.
- GOLDSTEIN, Leon. *The Journal of Philosophy*, Vol. 53, 25, 6, 1956, pp. 801-813
- GOLDSTEIN, Leon. "The Two Theses of Methodological Individualism". *The British Journal for the Philosophy of Science*, 9, 33, 1958, pp. 1–11.
- GREVE, Jens. *Reduktiver Individualismus: Zum Programm und zur Rechtfertigung einer sozialtheoretischen Grundposition*. Wiesbaden, Springer VS, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1981.
- HADSTRÖM, P. e BEARMAN, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- HARRÉ, H. Rom. *Varieties of realism*. Blackwell: Oxford, 1986.
- HEINTZ, Bettina. "Emergenz und Reduktion. Neue Perspektiven auf das Mikro-Makro-Problem". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 56, 2004, pp. 1-31.
- HODGSON, G. M.. "Meanings of methodological individualism". *Journal of Economic Methodology*, 14,2, 2007, pp.211–226.
- HOYNINGEN-HUENE, Paul. "Zu Emergenz, Mikro- und Makro-determination. On Emergence, Micro-determination, and Macro-determination", in W. Lübbe (Org.), *Kausalität und Zurechnung*. Berlin: De Gruyter, 1994, pp. 165-195.
- KIM, Jaegwon. *Supervenience and Mind: Selected Philosophical Essays*. University Press, Cambridge und New York, 1995.
- KINCAID, Harold. "Eliminativism and Methodological Individualism". *Philosophy of Science*, Vol. 57, 1, 1990, pp. 141-148.
- KINCAID, Harold. "The Empirical Nature of the Individualism-Holism Dispute". *Synthese*, vol. 97, No. 2, 1993, pp.229-247.
- KINCAID, Harold. *Individualism and the unity of science: Essays on reduction, explanation, and the special sciences*. Lanham, Rowman & Littlefield.
- KNORR-CETINA e CICOUREL, A.V.. *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro- and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- LITTLE, Daniel. "Microfoundations" in Lee McYntyre e Alex Rosenberg (Orgs.), *The Routledge Companion to Philosophy of Social Science*. London e New York, 2017, pp.228-239.
- LOCKWOOD, David. "Social integration and system integration", in G. Zollschan e W. Hirsch, *Exploration in social change*. Londres: Routledge, 1964.
- LOHSE, Simon. "Zur Emergenz des Sozialen bei Niklas Luhmann". *Zeitschrift für Soziologie*, 40, 3, 2011, pp. 190–207.
- LUHMANN, Niklas. *Soziale systeme*. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 1984.
- LUKES, Steven. "Methodological Individualism Reconsidered". *The British Journal of Sociology*, 19 (2), 1968, pp. 119–129.
- MANDELBAUM, Maurice. " Societal Laws ". *The British Journal for the Philosophy of Science*, Vol. 8, No. 3, 1957, pp. 211-224

- MANDELBAUM, Maurice. "Societal Facts". *British Journal of Sociology*, 6, 1955, pp. 305–317.
- McCLELLAND, David C.. *The Achieving Society*. Princeton, N.J., Van Nostrand, 1961.
- McLAUGHLIN, Brian e BENNET, Karen. "Supervenience". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* forthcoming URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/supervenience/>>., 2018.
- MITROVIC, Branko. "Is Multiple Realizability a Valid Argument against Methodological Individualism?". *Philosophy of the Social Sciences*, vol. 47, 2016, pp. 28-43;
- MOUZELIS, Nikos P.. *Modern and postmodern social theorizing: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.
- OPP, Karl-Dieter. "Das individualistische Erklärungsprogramm in der Soziologie. Entwicklung, Stand und Probleme". *Zeitschrift für Soziologie*, 8,1, 2009, pp. 26–47
- RUBEN, David Hillel. *The Metaphysical of social world*. London: Routledge, 1985.
- SAWYER, Keith. "Emergence in Sociology: Contemporary Philosophy of Mind and Some Implications for Sociological Theory". *American Journal of Sociology*, Vol. 107, No. 3, 2001, pp. 551-585.
- SAWYER, Robert Keith. *Social emergence: societies as complex systems*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.
- SCHMIDT, Michael. "Theorie, Reduktion und mikrofundierte Erklärung", in Gerhard Wagner (Org.), *Die Provokation der Reduktion: Beiträge zur Wissenschaftstheorie der Soziologie*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz GmbH & Co. KG, 2017, pp.05-68.
- SCHÜTZEICHEL, Rainer. "Methodologischer Individualismus, sozialer Holismus und holistischer Individualismus", in J. Greve A. Schnabel R. Schützeichel (Orgs.) *Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung*. Wiesbaden, VS-Verlag, 2008, pp. 357-371.
- SCHÜTZEICHEL, Rainer. "Ontologischer Reduktionismus und relationale Soziologie", in in Gerhard Wagner (Org.), *Die Provokation der Reduktion*. Beiträge zur Wissenschaftstheorie der Soziologie. Wiesbaden, Harrassowitz, 2017, pp. 119-152.
- SCHWARZ, Marcel. *Geschichten vom Ganzen: Studien zur Emergenz von "Emergenz"*. Baden-Baden, Nomos, 2016.
- SCHWINN, Thomas. "Interaktion, Organisation, Gesellschaft Revisited: Erweiterungen, Alternativen", *Zeitschrift für Soziologie*, Caderno especial, 2014, pp.43-64.
- STEPHAN, Achim. *Emergenz: von der Unvorhersagbarkeit zur Selbstorganisation*. Dresden, Dresden Univ. Press, 1999.
- TUOMELA, Raimo. "Methodological Individualism and Explanation". *Philosophy of Science*, Vol. 57, No. 1, 1990, pp. 133-140.
- TURNER, Jonathan. *Handbook of sociological theory* (Org.). New York, Kluwer Academic Publ./Plenum Publ., 2001.
- UDEHN, Lars. *Methodological Individualism*, London: Routledge, 2001.
- VAN RIEL, R. (2014). *The Concept of Reduction*. Dordrecht; London: Springer, 2014.
- VANBERG, Viktor. *Die zwei Soziologien: Individualismus und Kollektivismus in der Sozialtheorie*. Tübingen, Mohr, 1975.
- VANDENBERGHE, Frédéric e CAILLÉ, Alain. "Neo-classical sociology. The prospects of social theory today", *European Journal of Social Theory*, 19, 1, 2015, pp. 3-20.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria social realista*. Um dialogo franco-britânico (Belo Horizonte, UFMG).
- VOSS, Thomas. "Methodologischer Individualismus. Reduktion oder Direkterklärung?" in Gerhard Wagner (Org.), *Die Provokation der Reduktion : Beiträge zur*

- Wissenschaftstheorie der Soziologie. Wiesbaden, Otto Harrassowitz GmbH & Co. KG, 2017, pp.153-174.
- WATKINS, J.W.N. “The Principle of Methodological Individualism”. *The British Journal for the Philosophy of Science*, 3, 1952b, pp. 186–189.
- WATKINS, J.W.N..“Historical Explanation in the Social Sciences,” *British Journal for the Philosophy of Science*, 8, 1957, pp. 104–117.
- WATKINS, J.W.N..“Ideal Types and Historical Explanation”. *The British Journal for the Philosophy of Science*, 3, 1952a, pp. 22–43.
- WATKINS, J.W.N..“Methodological Individualism”: A Reply. *Philosophy of Science*, 22, 1995, pp. 58–62.
- WIPPLER, Reinhardt. e LINDENBERG, Siegwart. “Collective phenomena and rational choice”, in J. Alexander (Org.), *The Micro-Macro Link*. Berkeley, University of California Press, 1987, pp. 135-152.
- YLIKOSKI, Petri. “Rethinking Micro-Macro Relations in J. Zaehle e Fin Collin (Orgs.)”, *Rethinking de holism individualism debate*. Oxford: Springer, 2014, pp.117-137.
- YLIKOSKI, Petri.“Methodological Individualism”, in Lee McYntyre e Alex Rosenberg (Orgs.), *The Routledge Companion to Philosophy of Social Science*.London e New York, 2017, pp.135-146.
- ZAHLE, Julie. “Emergence”, in Lee McYntyre e Alex Rosenberg (Orgs.), *The Routledge Companion to Philosophy of Social Science*.London e New York, 2017, pp.124-134.
- ZAHLE, Julie. “Holism and supervenience”, in S. Turner e M. Risjord (Orgs.), *Handbook of philosophy of science: Philosophy of anthropology and sociology*. Amsterdam: Elsevier, 2007, pp. 311–343.
- ZAHLE, Julie. “How to Circumscribe Individualist Explanations: A Reply to Elder-Vass”. *Philosophy of the Social Sciences*, vol. 44, 6, 2014, pp. 810-816.
- ZAHLE, Julie. “The Individualism/Holism Debate on Inter-theoretic Reduction and the Argument from Multiple Realization”. *Philosophy of the Social Sciences*, 33,1, 2003. pp. 77-100.

**THE MICRO-MACRO CONTROVERSY IN SOCIOLOGY IN DIALOGUE WITH THE PHILOSOPHY OF MIND: problems, advances and challenges**

**ABSTRACT:** The article proposes a critical-analytical balance of the incorporation of problems and concepts of the philosophy of mind in the debate between methodological holism and individualism in contemporary social theory. Adopting the multi-level (macro-micro-macro) scheme as a meta-theoretical model, it is demonstrated how the concepts of "reduction", "supervenience", "emergence" and "multiple realizability" have been mobilized to reinforce different theoretical positions in this debate. After determining the logical-epistemological status of these concepts and clarifying their role in the debates of social theory, it is argued that, despite some ambiguity and ambivalence in their use, they allowed sociological theory to deepen and specify in greater detail the complex implications of the theoretical relationship between the micro and macro levels of social analysis. In addition to shared technical terminology, they also enabled a closer approximation between rival positions, moving away from extreme conceptions and reinforcing moderate positions (both individualism and holism). Despite this, they still offer insufficient results to support a third position that lies beyond the opposition between reductionism and anti-reductionism.

**KEYWORDS:**

Methodological Holism, Methodological Individualism, Micro and Macro, Agency and Structure, Philosophy of Mind, Reduction, Supervenience, Emergence, Multiple Realizability.